

HABEAS CORPUS Nº 568.207 - RJ (2020/0073182-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : NORLEY THOMAZ LAUAND
ADVOGADO : NORLEY THOMAZ LAUAND - RJ100884
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GLEICE LEONARDO EVARISTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GLEICE LEONARDO EVARISTO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Desembargador Gilmar Augusto Teixeira, relator do HC n. 0005006-86.2020.8.19.0000).

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática das condutas descritas nos arts. 157, § 2º, incisos I e II (roubo majorado), e 329 (resistência), ambos do Código Penal. Formulada pela defesa a substituição da prisão-pena por prisão domiciliar, esta foi negada pelo Juízo de piso.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 11/12):

HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, TRÊS VEZES, N/F ART. 71, E ART. 329, N/F ART. 69, TODOS DO CP. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUPOSTO PELA PACIENTE EM RAZÃO DE: 1) O DECRETO CONDENATÓRIO SER OBSCURO EM RELAÇÃO AO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA ESTABELECIDO; 2) ESTAR A PACIENTE CUMPRINDO A PENA EM REGIME FECHADO; 3) POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. Os autos revelam que a paciente foi condenada como incurso no art. 157, § 2º, I e II, três vezes, n/f art. 71, e art. 329, n/f art. 69, todos do CP. Ao julgar o recurso de apelação interposto, esta Câmara manteve a condenação e, em revisão dosimétrica, redimensionou as penas da paciente para 06 anos, 07 meses e 06 dias de reclusão, no regime semiaberto, e 15 DM, além de 05 meses de detenção no regime aberto. Em consulta ao sistema informatizado deste Tribunal, verifica-se que a condenação transitou em julgado em 18/11/2018 e, posteriormente foi expedido mandado de prisão, cujo cumprimento se deu em 24/01/2020. Não assiste razão aos impetrantes. No que diz respeito à alegação de haver obscuridade no estabelecimento do regime de cumprimento de pena, cumpre ressaltar que se trata de condenação já transitada em julgado, não cabendo mais a esta Câmara

Superior Tribunal de Justiça

desconstituir acórdão por ela mesma expedido.

Quanto à alegação de que a paciente cumpre a pena em regime fechado, em consulta ao sítio eletrônico deste Tribunal, observa-se que, em 06/02/2020, o magistrado de 1º grau determinou sua transferência para unidade prisional compatível com o regime semiaberto. Por fim, não há falar-se em concessão de prisão domiciliar. As hipóteses do artigo 318 do CPP só se aplicam em caso de prisão cautelar e a paciente já se encontra cumprindo pena. Por outro lado, o art.117 da Lei nº 7.210/84 prevê que a prisão domiciliar poderá ser admitida aos condenados que estão cumprindo pena em regime aberto, o que, por óbvio, não é o caso da paciente. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Na presente impetração, sustenta a defesa que, apesar de se tratar de condenação definitiva, em que a paciente cumpre pena pelos delitos de roubo e resistência, o país atualmente está acometido risco iminente oriundo da pandemia que o assola em razão do Covid-19, e que, também em razão disso, a paciente teria direito à prisão domiciliar.

Alega, outrossim, que *"a paciente respondeu a instrução criminal EM LIBERDADE, após ainda ter permanecido em cárcere, em virtude da prisão cautelar em flagrante delito, 09 meses, tal período que ainda será computado em seu tempo de prisão para fins de progressão de regime do semiaberto para o ABERTO, na modalidade prisão domiciliar, atingindo 1/6 da pena em alguns dias"*, e, dessarte, estará impedida desse e de outros benefícios em razão de não ter sido *"TOMBADA SUA CARTA DE SENTENÇA DEFINITIVA JUNTO A VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS DO RIO DE JANEIRO"* (e-STJ fl. 7).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a substituição da prisão em regime semiaberto por domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator